



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E ECONOMIA
SOLIDÁRIA NO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA EM AMPARO -
PARAÍBA**

Antonio Josinaldo Soares Silva

Sumé – PB
2013

ANTONIO JOSINALDO SOARES SILVA



**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
ASSENTAMENTO FAZENDA MATA EM AMPARO - PARAÍBA**

Monografia apresentada ao curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG em cumprimento as exigências para obtenção do grau de Especialista, sob orientação do prof. Msc. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

Orientador: Professor Msc. Luiz Antônio Coêlho da Silva



S586a Silva, Antonio Josinaldo Soares.

Análise da relação entre Educação e Economia Solidária no Assentamento Fazenda Mata em Amparo - Paraíba. / Antonio Josinaldo Soares Silva. - Sumé - PB: [s.n], 2013. 45 f; il. tab.

Orientador: Prof. Ms. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

1. Economia Solidária. 2. Educação. 3. Assentamento Fazenda Mata. I. Título.

UFCCG/BS

CDU 37:334.73(043.1)

ANTONIO JOSINALDO SOARES SILVA

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
ASSENTAMENTO FAZENDA MATA EM AMPARO - PARAÍBA**


Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

BANCA EXAMINADORA




Prof. Msc. Luiz Antonio Coelho da Silva (orientador) - UFCG/CDSA

Nota (10,0)



Prof.^a. Dr.^a. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima (examinadora) - UFCG/CDSA

Nota (10,0)



Prof. Msc. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento (examinador) - UFCG/CDSA

Nota (10,0)

Nota Final (Média) Nota (10,0)

Aprovada em 19 de Setembro de 2013

UFCG-BIBLIOTECA

Dedico este trabalho aos meus estimados pais, Antonia Soares Silva Sobrinha e José Soares Sobrinho, que sempre contribuem de forma valiosa para o meu crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Antonia Soares Silva Sobrinha e José Soares Sobrinho pela motivação e compreensão que tem me proporcionado em todos os momentos da minha vida;

Aos meus irmãos, Joelson Soares Silva e Joelma Soares Silva com suas respectivas famílias;

A Gabriela Andressa Gomes pela motivação e sua presença nos momentos difíceis e alegres;

Ao meu orientador, Luiz Antônio Coêlho da Silva, por acreditar na viabilização desse projeto, por respeitar as minhas limitações e explorar as minhas potencialidades;

Aos professores e alunos do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária do Semiárido paraibano Campus Sumé, que compartilharam seus conhecimentos;

A UFCG e a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários pela oportunidade de concluir este curso tão almejado.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 01 - Atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados -----	27
Tabela 02 - Apoio técnico/cursos recebidos em função da economia solidária -----	32

UFCG-BIBLIOTECA

RESUMO

Este trabalho evidencia o processo de constituição de uma organização política, a Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara, bem como busca compreender os aspectos relacionais de seus componentes. Dessa forma, tem-se como principal objetivo, analisar a relação entre educação e economia solidária no Assentamento Fazenda Mata em Amparo - Paraíba. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, com uma metodologia de natureza descritivo-explanatória com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, com anotações no diário de campo do pesquisador. A princípio, foi empreendida uma revisão da literatura sobre essa nova forma de produção, assentada na autogestão, na cooperação, no trabalho associado, na solidariedade e na sustentabilidade. Sendo assim, buscou-se examinar a função da educação nesse novo processo econômico, que além da econômica, abarca as dimensões: social, política, cultural e ética. Contudo, demonstrou-se a ocorrência de mediações pedagógicas no desenvolvimento de atividades relacionadas a esse novo modo de trabalho; além disso, observou-se que a Educação de Jovens e Adultos pode ser um elemento importante para o favorecimento e fortalecimento da economia solidária. Este estudo detectou indícios de economia solidária no assentamento investigado, mais precisamente no trabalho associado através da constituição da associação; nas atividades cooperadas, como a criação de peixe e plantações de palma e atriplex (erva sal); nos trabalhos comunitários e na produção em harmonia com o meio ambiente. Conclui-se que a formação do grupo estudado pode ser visto como uma forma de promover a inclusão social e uma alternativa de se produzir divergente do sistema capitalista. No entanto, é preciso haver investimentos públicos para o desenvolvimento das atividades praticadas pelos associados do campo pesquisado.

Palavras - chaves: Economia Solidária, Educação, Assentamento Fazenda Mata.

ABSTRACT

This work demonstrates the process of setting up a political organization, an Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara, and seeks to understand the relational aspects of its components. Thus, it has as main objective to analyze the relationship between education and economic solidarity in the Assentamento Fazenda Mata in Amparo - Paraíba. The research is characterized as a case study, a methodology with a descriptive and explanatory qualitative approach and literature, journal entries with the researcher's field. The principle was undertaken a review of the literature on this new form of production, grounded in self-management, cooperation, work associate, solidarity and sustainability. Therefore, we sought to examine the role of education in this new economic process that besides the economic covers different dimensions: social, political, cultural and ethical. However, we demonstrated the occurrence of pedagogical mediations in the development of activities related to this new way of working, in addition, it was observed that the Education of Youth and Adults can be an important element for the encouragement and strengthening of the solidarity economy. This study found evidence of solidarity economy in the settlement investigated more precisely the associated work through the constitution of the association, the cooperative activities such as fish farming and palm oil plantations and atriplex (salt grass), in community work and production in harmony with the environment. It is concluded that the formation of the study group can be seen as a way to promote social inclusion and an alternative to the capitalist system produce divergent. However, there must be public investment for the development of activities performed by members of the field of research.

Key - words: Solidarity Economy, Education, Assentamento Fazenda Mata.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO.....	11
2.1.1 Ponderações sobre os movimentos sociais do campo e educação popular.....	12
2.1.1.1 Considerações sobre a educação de jovens e adultos (EJA).....	14
2.1.2 Enfoques sobre a economia solidária.....	16
2.1.2.1 Atos educativos na economia solidária.....	19
2.1.2.2 O desenvolvimento sustentável como forma educativa.....	20
2.1.2.3 O trabalho associado como ato pedagógico e a conexão da EJA com a economia solidária.....	21
3 METODOLOGIA.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
4.1 DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DAS PRÁTICAS SOCIAIS DOS ASSOCIADOS DO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA – PB.....	26
4.2 A FUNCIONALIDADE DA EJA E OS INDÍCIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA-PB.....	28
4.3 ELEMENTOS QUE FAVORECEM A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA – PB.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES.....	39

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade evidenciar o processo de constituição de uma organização política, como também compreender os aspectos relacionais que acabam dando sentido à sua existência. A instituição escolhida para desenvolver a pesquisa está inserida no cariri ocidental paraibano e é constituída por um grupo de 29 (vinte e nove) famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que deu origem à associação dos produtores rurais do sítio Caiçara, situada no assentamento Fazenda Mata, em Amparo - Paraíba. Este assentamento é resultado de lutas políticas e sociais encadeadas por esses trabalhadores em busca de uma divisão justa das terras que antes eram improdutivas.

As propostas dos movimentos sociais camponeses objetivam a desapropriação de terras improdutivas para torná-las produtivas. Dessa forma, os assentamentos rurais são formados numa perspectiva do desenvolvimento de trabalhos coletivos, ou seja, o desencadeamento de ações coletivas padronizadas por essa classe popular. Observa-se ainda, que essas práticas associativas são estratégias que surgem da necessidade desses produtores de resistência e sobrevivência (PEREIRA, 2007).

Na perspectiva de trabalho coletivo e práticas associativas são formados os empreendimentos solidários. Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2013), empreendimentos econômicos solidários (EES) são aquelas organizações: “coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupo de produção, etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural”. Portanto, os EES não possuem dono e nem há a super exploração do trabalho neste tipo de empreendimento.

Esta pesquisa desenvolveu-se na associação dos produtores rurais do sítio Caiçara, assentamento Fazenda Mata em Amparo, na Paraíba, em julho de 2013, onde observaram-se os indícios de economia solidária e a educação.

Contudo, diante do que foi exposto defende-se a ideia que a economia solidária nos assentamentos rurais deve caminhar em consonância com a educação, pois acredita-se que esta pode fortalecer a prática do cooperativismo a partir do estudo e esclarecimento de questões do cotidiano dos indivíduos, tornando-os ativos e interventores de suas próprias realidades. Também se percebe que a educação popular deve partir das práticas sociais dos sujeitos, como explicita Freire e Nogueira (2011), em que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) dá-se a partir dos movimentos sociais; desse modo, ela encontra um campo propício na

prática da economia solidária desses camponeses. No entanto, existe uma questão que nos inquieta, ou seja, de que forma a educação pode favorecer e fortalecer o sistema de economia solidária desenvolvida no assentamento Fazenda Mata em Amparo - Paraíba?

Enfatiza-se que os indícios de economia solidária existentes no assentamento fazenda Mata (criação de tilápias em tanques de contenção, plantação de palma e da erva sal de forma cooperada entre os associados), bem como as práticas solidárias dos assentados estão relacionados com a educação. Nesta perspectiva, estudou-se a função da educação na economia solidária.

O objetivo geral desse trabalho é analisar a relação entre educação e economia solidária no assentamento Fazenda Mata em Amparo - Paraíba. E como objetivos específicos, têm-se: descrever as atividades econômicas e as práticas sociais dos indivíduos que fazem parte dessa comunidade; levantar informação sobre a funcionalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os indícios de economia solidária nesse assentamento; e apontar os aspectos que contribuem para o desenvolvimento da economia solidária na associação do estudo.

Este estudo se justifica por tratar-se de uma temática relevante socialmente, pois busca construir conhecimentos de interesse do pesquisador e da sociedade, além de despertar o interesse dos meios acadêmicos, uma vez que um trabalho nesta perspectiva contribui para que a Universidade sistematize conhecimentos sobre questões que ainda devem ser exploradas, servindo como um estímulo a outros pesquisadores. Esta pesquisa também tem a pretensão de dar um retorno a estes sujeitos como instrumento pedagógico, de pesquisas e de possíveis intervenções em suas realidades.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo possui caráter descritivo-exploratório, com natureza qualitativa. Foi feito um estudo de caso, com aplicação de questionários, além da pesquisa bibliográfica, com anotações no diário de campo do pesquisador. Também se baseia no trabalho *in loco*, no qual o pesquisador mergulha na esfera local com o objetivo de interpretar as experiências e vivências do grupo (os sujeitos da pesquisa) para desenvolver uma reflexão capaz de levá-lo ao reconhecimento das especificidades humanas e das relações que os sujeitos estabelecem para construir os fenômenos da realidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO

A economia solidária surgiu como alternativa ao sistema capitalista e se caracteriza pela solidariedade, cooperação, autogestão e desenvolvimento sustentável. Paul Singer (2002) evidencia que o nascimento dessa nova forma de economia se deu no início do século XIX, precisamente nos primórdios do capitalismo industrial, em decorrência do desemprego gerado pela revolução industrial, ou seja, da ascensão da máquina, substituindo a mão-de-obra humana.

Nessa nova economia todos têm direito à produção, não há patrão nem empregados e versa sobre a inclusão social dos indivíduos excluídos do modo de produção capitalista. A respeito dessa questão, Silva (2010) enfatiza que o empreendimento solidário melhora as condições para o emprego e a inclusão social, bem como é um modelo democrático, que proporciona uma melhor condição de vida aos cooperados. Explicita ainda, que essa economia surge da realidade da pobreza e tem sua base nos pequenos empreendimentos familiares, nas associações de pequenos produtores, dentre outros.

O antropólogo Marcel Mauss (2003) já observava uma economia solidária nas sociedades primitivas, “uma economia da dádiva”, assentada no princípio da reciprocidade: dar, receber e retribuir. Para Mauss (2003) a dádiva e o princípio da reciprocidade têm um caráter universal, é um fenômeno que ocorre em toda sociedade. É uma lógica organizativa do social e que não pode ser reduzida a dimensões particulares, como a econômica ou a social, mas é uma forma mais ampla, abarcando uma totalidade, tornando-se um fato social total. Dessa forma, podemos enxergar essa economia como sendo uma forma de reumanizar o ser humano integral.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em *Rochdale*, na Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se (Carta de princípios - Fórum brasileiro de economia solidária, 2003).

Com efeito, as relações sociais baseadas na economia solidária faz emergir novos processos educativos divergentes das do sistema capitalista, pois a partir de princípios fundamentais, como a cooperação, a autogestão, a solidariedade, o associativismo e a sustentabilidade se têm necessidade de uma reeducação voltada para a interação e o compartilhamento de experiências históricas. Desse modo, formam-se indivíduos com um novo *ethos*. (ADAMS, 2010)

Percebe-se que a educação brotando da economia solidária é uma prática emancipatória, que se preocupa com a formação integral do homem, contemplando todas as suas dimensões.

É histórica essa educação de caráter humanizadora, como observa Novaes e Castro (2012, p. 33), “já no século XV, Montaigne destacava a importância de um método de ensino que se preocupava mais com a construção de valores e um conhecimento coerente de que com a simples repetição de ideias de outrem”. Ainda segundo os autores supracitados, no século XVII, Comenius pleiteava a construção de uma escola democrática, que promovesse a formação humana. Já no século XVIII, Rousseau defendia uma educação pela e para a liberdade, com a finalidade de formar sujeitos históricos.

Para Novaes e Castro (2012, p. 34), “no Brasil, no contexto das lutas populares dos anos 1950-1960 e diante da enorme quantidade de analfabetos num país com resquícios escravocratas, Paulo Freire se destaca entre os grandes pedagogos libertários”. É nessa perspectiva de uma educação emancipatória e democrática voltada para a formação humana do homem que os movimentos sociais do campo objetivam uma educação popular.

2.1.1 Ponderações sobre os movimentos sociais do campo e a educação popular

Segundo Fernandes (2001), desde a chegada do colonizador no Brasil, começaram as lutas contra o cativo da terra e contra a exploração, que marcaram as lutas dos trabalhadores. Dessa forma, configurava-se a formação do latifundiário contra a resistência camponesa. Ainda para esse autor desde meados do século XX, novas formas de organização foram criadas na luta do povo do campo pela terra e pela reforma agrária, surgindo as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

No início da década de 1980 surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que se torna um símbolo de luta dos camponeses pela reforma agrária e por melhor condição de vida. Com efeito, dá-se início ao processo de desapropriação de terras improdutivas em favor dos assentamentos rurais.

Os movimentos sociais contemporâneos do campo são resultados de uma luta histórica dos camponeses de resistência contra a opressão desencadeada pelo sistema oligárquico das grandes propriedades rurais. Desse modo, os povos do campo resistiram e se rebelaram contra a ocupação, a expropriação e a apropriação da terra no Brasil, almejando uma divisão mais justa. (BATISTA, 2006). Nesta perspectiva, os assentamentos rurais são frutos das reivindicações desses povos pelo direito a terra e por uma melhor qualidade de vida.

A respeito dos sujeitos do campo e suas organizações nos assentamentos:

Eles defendem que os empreendimentos agrícolas se organizem baseados em relações solidárias, de cooperação, da autogestão e cooperativas que envolvam os sujeitos como protagonistas, que valorizem a produção de saberes dos camponeses em sua diversidade, uma agricultura de base familiar, pelo que ela constitui enquanto elemento propulsor da equidade social, de diversidades de culturas e do uso de recursos naturais, da ocupação do espaço agrário e de possibilidade de trabalho e de desenvolvimento humano (BATISTA, 2006, p. 24).

Observa-se um projeto de educação do campo voltado para a formação humana dos indivíduos e para o desenvolvimento econômico e social baseado na sustentabilidade, na solidariedade e na igualdade. Também, uma educação identificada com suas realidades e com suas culturas, atendendo às suas necessidades específicas e valorizando as experiências constituídas ao longo da vida histórica. É com esses aspectos que se caracteriza a educação popular.

Freire e Nogueira (2011) definem educação popular como sendo um esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares. Com efeito, a organização se dá através da formação de associações políticas, ocorrendo uma mobilização a partir dos movimentos sociais e uma capacitação técnica e científica. Ainda para os supracitados autores, essa educação é um modo de conhecimento que tem como ponto de partida as práticas políticas. Ou seja, as práticas de mundo possibilitam ao sujeito o conhecimento e o aprendizado.

Para Gadotti e Romão (2011, p. 22) “a educação popular é sobretudo o processo de refletir a militância (...) a prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes”. Dessa

forma, uma educação popular democrática supera uma educação bancária, busca uma prática educativa que possibilite o ensino de conteúdos aos sujeitos, de modo a torná-los conscientes e assim, possam refletir criticamente a respeito das relações de exploração vigente na sociedade, contestando as condições de exclusão social.

Percebe-se que a educação popular está estreitamente ligada às práticas sociais das pessoas, mais precisamente às práticas políticas que se dão através da organização política e conseqüentemente dos movimentos sociais. A partir destes os sujeitos adquirem saber próprio.

Segundo Batista (2006), desde a década de 1960 a sociedade civil vem desenvolvendo várias experiências de educação popular com crianças, jovens e adultos, baseadas nas concepções de Paulo Freire, propondo, principalmente uma educação que promovesse a emancipação dos oprimidos. As ideias deste teórico através da pedagogia do oprimido serviram de base para o pensamento educacional dos movimentos sociais. Sobre essas concepções de Freire:

Pode-se perceber suas ideias nos princípios filosóficos da educação do MST: 1) Educação para a transformação social; 2) Educação aberta para o mundo, aberta para o novo; 3) Educação para o trabalho e cooperação; 4) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 5) Educação como processo permanente de formação/transformação humana (BATISTA, 2006, p.44).

Inspirada nestes princípios de educação popular e, sobretudo nas teorias de Paulo Freire surge a Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltada para a formação humanística do homem e baseada em uma metodologia que possibilita a partir da realidade local a reflexão sobre os condicionamentos que advém do contexto mais amplo, bem como estabelece condições apropriadas de ensino-aprendizagem, levando os indivíduos a intervir no seu cotidiano, de forma a superar os desafios.

2.1.1.1 Considerações sobre a educação de jovens e adultos (EJA)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (2000,) as primeiras ações sistemáticas no que se refere à educação básica de jovens e adultos se configuram a partir da década de 1930, quando a oferta do ensino público primário gratuito é obrigatória,

tornando-se direito de todos. Ainda explicita que em 1947 é iniciada a campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, direcionada principalmente para o meio rural.

Para esse documento, a referência principal de um novo paradigma teórico e pedagógico para a EJA será Paulo Freire. Este pedagogo desenvolve uma metodologia sustentada em uma outra visão socialmente compromissada. A sua pedagogia influencia programas de alfabetização e de educação popular desenvolvidos no Brasil no início dos anos 1960.

Um documento importante para a regulamentação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996). Este documento evidencia em seu artigo 37 que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Ainda neste mesmo artigo, parágrafo 1º, é enfatizado: “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam estudar na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho”. Sendo assim, esta modalidade de ensino deve se fundamentar nas práticas cotidianas desses sujeitos, considerando suas especificidades.

A EJA é uma modalidade de ensino que objetiva atender um público que não teve oportunidade de estudo na idade apropriada. Os motivos desse público não frequentar a escola decorrem de três fatores principais: uma não identificação com a metodologia aplicada pela escola, tendo como consequência a desistência; o não oferecimento por parte do Estado ou município de estabelecimento de ensino próximo à localidade de residência desses sujeitos, com isso, a impossibilidade de frequentá-lo; e por conta desses indivíduos terem que trabalhar para a sua sobrevivência não tinham tempo de acessar a escola. Dessa forma, a maioria desse público é constituída de jovens e adultos trabalhadores.

Sobre a Educação de Jovens e Adultos, Marcos Arruda diz que:

Ela existe porque existem excluídos, porque existem crianças cujo direito à educação foi negado pela própria condição de terem que usar sua infância para trabalhar. Com pouco ou nenhum estudo, jovens e adultos trabalhadores ficaram limitados a ocupações informais ou ao subemprego, ou são os primeiros a serem demitidos quando as empresas querem cortar custos. Até vir a EJA oferecer alguma formação (ARRUDA, 2005, p.31).

Portanto, acredita-se que a maioria dos trabalhadores rurais passou por algum desses fatores mencionados. Desse modo, há uma necessidade da atuação da EJA sobre esse público. Torna-se pertinente ressaltar que esses sujeitos trazem experiências de vida e um

conhecimento não formal. Com isso, o educando pode ser visto como um indivíduo sócio-histórico-cultural, com experiências acumuladas. Arruda (2005) nos dá suporte exaltando que esses sujeitos já trazem um saber acumulado de décadas de vida de trabalho e são pessoas orientadas principalmente para o trabalho.

2.1.2 Enfoques sobre a economia solidária

As crises do sistema capitalista fragilizaram o modelo tradicional da relação de trabalho capitalista. Com isso, a economia solidária surgiu em oposição ao sistema salarial vigente, caracterizado pela exploração da força de trabalho humana e pela exclusão social. As mudanças do capitalismo globalizado, sobretudo no que diz respeito ao desemprego, a precarização das relações de trabalho e à exclusão social favoreceram a formação de empreendimentos solidários. A respeito das crises do sistema capitalista:

Durante o período em que o modelo taylorista-fordista predominou, houve um intenso acúmulo de capitais por parte das grandes corporações. No entanto, a partir dos anos 1970, o capitalismo começa a adentrar uma crise estrutural, caracterizada principalmente pela queda na taxa de lucro causada pelo aumento do preço da força de trabalho, resultante das lutas dos (as) trabalhadores (as) nos anos 1960; pelo desemprego estrutural que acabou por ocasionar uma retração no consumo; pela crise do Estado de bem-estar social e a intensificação dos processos de privatizações (NOVAES e CASTRO, 2012, p. 44 *apud* ANTUNES, 2001).

Para Reis (2001) as transformações na estrutura do mercado de trabalho nas últimas décadas provocaram dificuldades econômico-sociais que atingiram toda sociedade, precisamente os setores populares, nos quais se encontram os marginalizados do sistema capitalista de geração e distribuição de recursos. Com efeito, os setores excluídos encontraram uma alternativa de subsistência e sobrevivência assentadas em trabalho na forma de produção associada e cooperada, resultando empreendimentos de caráter grupal.

Segundo Singer (2002) a economia solidária é uma nova forma de organização da produção que diverge da estrutura que rege o mercado capitalista. Ela deve no futuro oferecer oportunidades de trabalho àqueles que foram excluídos pelo sistema capitalista da produção. Nascimento (2006, p. 8) complementa argumentando que “a economia solidária representa instrumento de combate à exclusão social na medida em que apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades humanas, eliminando

as desigualdades materiais”. Desse modo, a economia solidária pode se tornar um mecanismo de equidade social e de combate ao desemprego.

De acordo com a carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a economia solidária se constitui:

O fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003, p. 2).

A economia solidária é uma forma de produzir, comercializar e consumir, colocando as necessidades humanas acima das do capital. Ou seja, interagindo produção e consumo, sendo este um processo responsável e consciente (desenvolvimento local e sustentável). Para Arroyo (2006, p. 51), “a sustentabilidade visaria preservar não só a natureza e a biodiversidade, mas ainda a heterogeneidade cultural, o pluralismo político e as relações dinâmicas entre o local e o global”. Sendo assim, a sustentabilidade abarca diversas dimensões, versando sobre uma concepção sistêmica e holística.

Nessa economia não existe patrão, nem empregado (grupo autogestionário). A autogestão é um princípio fundamental da economia solidária, é empregado na administração de empreendimentos solidários, ocorrendo uma administração democrática, sendo as decisões tomadas de forma coletivas, havendo uma valorização da opinião de todos e buscando alternativas para solucionar os possíveis problemas. Para Luigi Verardo, autogestão significa:

Organização de uma forma de empreendimento coletivo em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores nas atividades produtivas, (...) com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas (VERARDO, 2003, p. 60).

Dessa forma, os indivíduos cooperados devem ter a capacidade de definir para eles mesmos as regras e as normas de relação e funcionamento, objetivando uma interação democrática e igualitária.

Segundo Souza, Cunha e Dakuzaku:

Duas dimensões principais emergem do processo de consolidação de cooperativas e outras formas de economia solidária: uma dimensão econômica, enquanto atividade econômica que garantam meios de vida de seus aos seus integrantes; e uma dimensão política, enquanto organizações coletivas onde prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes (SOUZA, CUNHA e DAKUZAKU, 2003, p. 47).

Silva (2010, p. 36) complementa enfatizando que “a autogestão como prática gerencial (...) passa a exigir do trabalhador maior interação com a empresa, mais participação a fim de torná-lo um colaborador, identificado cada vez mais como objetivo da organização. A autogestão é considerada uma prática social e política”. Percebe-se que a autogestão pressupõe práticas solidárias e promotoras de autonomia em suas organizações. Para Neto (2005), a autogestão representa formas de avanços para a autonomia e liberdade sobre a orientação dos trabalhadores; é uma maneira de produção que requer a participação e, sobretudo, o controle por parte desses cooperados em todo processo de produção.

Contudo, observa-se que a administração de empreendimento solidário difere da heterogestão que está voltada para administração de empresas capitalistas, centrada na hierarquia e formada por níveis sucessivos de autoridades.

Outro princípio fundamental da economia solidária é a solidariedade, pois ela “enquanto valor e princípio deve ser entendida como o envolvimento e compromisso político horizontal, envolvimento este que significa a conscientização de que o sucesso de cada um depende do sucesso coletivo de todos” (BENINI, 2008, p. 63 *apud* BENINI, 2003, p. 13). A partir desse princípio surgem outros como o cooperativismo e o associativismo, nos quais há objetivos comuns, propriedade coletiva, partilha de resultados e responsabilidade coletiva.

Segundo Souza, Cunha e Dakuzaku (2003, p. 49), “as iniciativas de economia solidária têm sido interpretadas como expressão muito recentes de organização social sob a forma associativa (...) propõem o fortalecimento da sociedade organizada como forma de promover desenvolvimento e democracia”. Desse modo, essas iniciativas propõem uma organização, onde os indivíduos se incubem de gerar sua própria fonte de trabalho objetivando o acesso a bens e serviços a baixo preço numa dinâmica recíproca, articulando interesses individuais aos coletivos.

Para Souza, Cunha e Dakuzaku:

O que faz a economia solidária crescer no Brasil são principalmente experiências construídas na prática cotidiana pelos próprios sujeitos coletivos, que, com apoio dos agentes externos, se organizam em grupos de produção associada, cooperativas populares, **organizações coletivas em assentamentos rurais**, empresas geridas por trabalhadores e outras formas associativas e autogestionárias (o grifo é nosso) (SOUZA, CUNHA e DAKUZAKU, 2003, p. 67).

Nesse sentido, é possível observar uma crescente no que concerne a formação de organizações coletivas inspirada em valores humanos, incentivando a equidade, a democracia, a cooperação, a solidariedade e a qualidade nas relações de trabalho. Aguiar e Reis

complementam enfatizando:

A economia social firma seus objetivos na solidariedade e na democracia, dando primazia à distribuição dos benefícios ao homem e ao trabalho sobre o capital. Impelida pelo ideário humanista e solidário, é formada por cidadãos livres, organizados através de empreendimentos de caráter econômico e social, com autogestão democrática, onde as relações sociais são a expressão mais forte da cooperação e solidariedade (AGUIAR e REIS, 2002, p.150).

É na perspectiva das relações sociais que pretendemos abordar o processo educativo, bem como em que medida a educação pode influenciar o fortalecimento de processos econômicos solidários. Assim, de acordo com Adams (2010), o processo educativo relaciona-se com as lutas de sobrevivência, buscando resolver problemas elementares da produção material da existência.

2.1.2.1 Atos educativos na economia solidária

A economia solidária pode ser vista como uma prática educativa, pois é possível perceber uma estreita relação entre estas duas áreas de conhecimentos, que se correlacionam e se complementam. Também esta economia se caracteriza como uma forma de resistência e sobrevivência dos indivíduos excluídos do atual sistema econômico vigente. Sobre essa questão Adams (2010, p. 19) evidencia que “o processo educativo relaciona-se com a luta pela sobrevivência, buscando resolver problemas elementares da produção material da existência. (...) que inclui trabalho, como gerador e disposições de sujeitos e grupos sociais para o desenvolvimento de processos educativos”. Contudo, na busca por esse novo modelo de produção baseado na solidariedade, na autogestão, na cooperação, no associativismo e na sustentabilidade emergem novos processos educativos.

De acordo com Paul Singer:

Fica claro que a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem que ser coletiva, pois ela deve ser de todos que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição (SINGER, 2005, p. 16).

Nessa nova forma de produção é necessário haver uma requalificação do trabalhador, voltada para os princípios de empreendimentos solidários. Com isso, há distintas habilidades

que devem ser desenvolvidas nos indivíduos que compõem esses empreendimentos, como exemplo: trabalhar de forma cooperada, associada e autogestionária. Nesta, todos participam das decisões, por isso, todos os componentes dos empreendimentos devem ser formados para a gestão coletiva. Luiz Silva complementa este pensamento evidenciando:

São várias as habilidades que precisam ser desenvolvidas nas pessoas que compõem os empreendimentos econômicos solidários, como: formação básica para o associativismo, cooperativismo e economia solidária, entendimento geral de políticas públicas, ferramentas de gestão, capacitação para avaliação das alternativas e escolha da atividade fim do empreendimento, oficinas sobre trabalho coletivo e trabalho autogestionário, participação em eventos que proporcionem conhecimentos ligados à área do negócio, acompanhamento mensal da produção ou serviço realizado e elaboração de relatórios, dentre outras. (SILVA, 2010, p. 34).

Dessa forma, observa-se que a partir da economia solidária é possível focalizar novos processos educativos, envolvendo vários modos de capacitação do trabalhador, a exemplo da capacitação técnica e administrativa através de ações pedagógicas. Também se percebe que essa nova forma de trabalho é um ato pedagógico, na medida em que propõe nova prática social e uma compreensão dessa nova prática (SINGER, 2005).

2.1.2.2 O desenvolvimento sustentável como forma educativa

Por conta da crise energética mundial, altos índices de poluições e o uso indiscriminado dos recursos naturais, o debate acerca do desenvolvimento passou a levar em consideração as questões ambientais. Dessa forma, a inclusão do fator ambiental no desenvolvimento econômico leva à concepção de desenvolvimento sustentável. (ARROYO, 2006).

Segundo Rutkowski e Lianza (2004), desde 1972, quando as Nações Unidas estabeleceram em Estocolmo, um programa ambiental, a discussão sobre preservação do meio ambiente vem ganhando força. A partir disso, tem-se uma preocupação em promover desenvolvimento econômico sem comprometer o meio ambiente. Para os mencionados autores (2004, p. 171) “surge na década de 1980, o conceito de desenvolvimento sustentável, como um tipo de desenvolvimento que permite melhorias reais na qualidade de vida e ao mesmo tempo preservar a viabilidade e a diversidade da terra” (*apud* IUCN e UNEP, 1980).

Nessa nova forma de desenvolvimento, as pessoas aprendem que o mais importante é a qualidade de vida, bem como que é preciso preservar e só consumir o necessário. Dessa nova relação do homem com a natureza brotam atos pedagógicos.

O desenvolvimento sustentável é caracterizado por alguns aspectos essenciais, dentre eles: atendimento sobre as necessidades fundamentais da sociedade, como educação, habitação, saúde e outros; preservação dos recursos naturais esgotáveis; conscientização da sociedade da necessidade de preservar o meio ambiente; execução de projetos garantindo a segurança social dos indivíduos. (SILVA e COSTA, 2010).

Contudo, o desenvolvimento sustentável está relacionado, precisamente com a preservação ambiental, os recursos naturais, a elevação da qualidade de vida das pessoas e a efetivação de projetos. De acordo com Silva e Costa (2010), “o desenvolvimento sustentável possui três componentes fundamentais, os quais são: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade sócio-política”. Com isso, havendo a sustentabilidade desses três componentes podemos ter um real desenvolvimento sustentável. Eles buscam assegurar as necessidades dos indivíduos, conscientizando-os da importância de um consumo consciente, da obrigação de preservar o meio onde estão inseridos e não comprometer as necessidades das gerações futuras.

A partir desses princípios de sustentabilidade emergem processos educativos, objetivando assegurar a convivência harmônica entre homem e natureza. Com efeito, vamos ter indivíduos com novos valores culturais, econômicos, sociais e éticos. Ou seja, com um novo *ethos*. Isso deve ser concretizado através de atos educativos e pela própria relação desses sujeitos com a natureza. Segundo Gadotti (2009, p. 33) “trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável”. Desse modo, a sustentabilidade implica respeito à vida, cuidado com a comunidade e todo o planeta.

2.1.2.3 O trabalho associado como ato pedagógico e a conexão da EJA com a economia solidária

O trabalho associado com seus múltiplos elementos proporciona uma redefinição e/ou definição de um novo *ethos*. Assim, Adams (2010, p. 134-135) enfatiza, “seja pela sua

organização, pela prática de gestão, pelas relações de trabalho e convívio ou relações com espaços externos; seja pelo uso de objetos técnicos, de saberes partilhados e construídos (...) constitui potencialmente para (re)construir (...) uma cultura do trabalho”. Com efeito, nessa constituição de um novo *ethos* ocorrem mediações pedagógicas e situações de aprendizagem, pois se tem uma nova configuração de trabalho que se sustenta em valores coletivos.

Para Telmo Adams:

Os saberes da experiência do trabalho solidário tendem a reproduzir-se em outras dimensões da vida pessoal e social com uma clara interação entre o trabalho produtivo e o realizado no mundo da reprodução (trabalho doméstico, (...) do ambiente, as ações comunitárias). Por isso, a prática do trabalho associado, através do exercício de uma gestão participativa e democrática, mediada pelo diálogo permanece nas relações solidárias de trabalho, tem se constituído em processos pedagógicos formador de uma cultura do trabalho (ADAMS, 2010, p. 141).

Percebe-se que essa nova cultura de trabalho perpassa as relações econômicas, dotando os indivíduos de novos valores culturais e com uma nova percepção acerca das relações sociais, favorecendo a cooperação, a solidariedade, as práticas autogestionárias e a reciprocidade. Nesse sentido, o trabalho associado pode ser visto como uma práxis eminentemente pedagógica.

O trabalho coletivo através da economia solidária também forma para a conquista do poder político dos associados. Para Gadotti (2009) essa economia tem um poderoso componente de formação política, bem como de educação, tornando-se um ato pedagógico em si. Dessa forma, o associativo fortalece as lutas dos cooperados pelo controle autônomo e pela democracia participativa. Nesta perspectiva autogestionária Novaes e Castro enfatizam:

Para o trabalhador associado, viver e administrar o processo de produção lhe permitiria a elaboração crítica da atividade intelectual existente em um determinado grau de desenvolvimento, em consonância com o trabalho manual; permitiria redimensionar sua práxis em função de uma nova concepção de mundo, fundamentada em um projeto de vida que busca a hegemonia do homem e de seu trabalho (NOVAES e CASTRO, 2002, p. 195 apud TIRIBA, 2001).

Torna-se possível observar uma pedagogia da produção associada e uma possível aprendizagem nas vivências da autogestão, bem como uma nova percepção do processo produtivo, no qual o trabalhador está inserido.

Contudo, o trabalho coletivo promove a interação entre os associados e conseqüentemente, o compartilhamento de experiências acumuladas, sendo a partir das relações sociais que se constroem novos conhecimentos. Também, é através da união que os

indivíduos conquistam suas autonomias e se reeducam para uma nova forma de produção. Este novo modo de produção caracterizado pelos princípios de economia solidária exige novos processos educativos; é nesse momento que ocorre uma conexão entre economia solidária e Educação de Jovens e Adultos.

Como já mencionado, o trabalhador já traz um conhecimento histórico. Desse modo, a EJA não deve enchê-lo de conteúdos e saberes consagrados nem considerá-lo um ser sem experiências. Mas, enxergá-lo como um trabalhador concreto, sua condição de trabalho, levar em consideração sua história e seu saber acumulado, suas relações interpessoais, comunitárias e sociais (ARRUDA, 2005).

No entanto, de que forma pode haver uma conexão entre economia solidária e EJA? Essa conexão já existe, elas estão correlacionadas no momento em que se une trabalho e educação. Mas, como ocorre a união entre trabalho e educação? Para Arruda (2005, p. 32) “na consciência dos que vivem do trabalho, a vinculação entre trabalho e educação faz-se naturalmente, pela sua própria condição de ser humano trabalhador”. Portanto, o trabalho faz parte da vida do indivíduo, e é nessa relação que se constroem experiências e saberes histórico. Ainda para esse autor:

A EJA tem que casar trabalho e educação. Para isso, precisa ser estruturada como um sistema diferente do sistema escolar tradicional. Tem que ser desenhada para atender as condições de vida e trabalho de pessoas que tem como ocupação principal garantir o suficiente para si e para suas famílias quer como arrimos da família, quer para obter rendimento complementar (ARRUDA, 2005, p. 32).

Percebe-se uma educação construída de forma descentralizada e levando em consideração a realidade de vida e condições de trabalho dos educandos. A EJA pode desenvolver ações educativas formando os sujeitos para: a cooperação, a autogestão, a autonomia e o desenvolvimento sustentável. Desse modo, a partir do trabalho associado e solidário surgem atos pedagógicos, uma educação da práxis.

3 METODOLOGIA

Inicialmente esse estudo apropriou-se da pesquisa bibliográfica. Segundo Figueiredo e Souza (2011, p. 101), “a pesquisa bibliográfica (...) abrange toda bibliografia já publicada relacionada ao tema em estudo, desde livros, jornais, revistas, monografias, dissertações, teses, incluindo outras fontes como eventos científicos, debates, etc.”. Dessa forma, foi feito um levantamento bibliográfico com a finalidade de se obter informações acerca do tema em estudo, bem como se realizou na fundamentação teórica uma discussão e diálogo com teóricos consagrados que publicaram trabalhos na supracitada área.

O trabalho descreveu e analisou as práticas sociais dos cooperados da associação dos produtores rurais do assentamento caiçara, situado na Fazenda Mata em Amparo – PB em 2013, na perspectiva de práticas voltadas para a economia solidária, bem como observou a função da Educação de Jovens e Adultos nessa comunidade. Portanto, analisou-se a relação entre educação e economia solidária, tanto no âmbito da educação formal quanto da educação não formal.

Desse modo, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, com uma metodologia de natureza descritivo-exploratória. Para Figueiredo e Souza (2011, p. 144) “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionarem uma visão geral acerca de determinado fato”. Ainda para esses autores: “a pesquisa descritiva é aquela em que o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la. Sua finalidade é a descrição das características de determinado fenômeno ou população”. (FIGUEIREDO e SOUZA, 2011, p. 144 *apud* RUDIO, 2001, p. 69). Portanto, foi feita uma descrição das práticas sociais dos sujeitos que fazem parte do assentamento em estudo, procurando conhecê-las e interpretá-las.

O método utilizado foi de natureza qualitativa, visto que buscou-se depreender e avaliar significados, valores e perspectivas da associação em estudo e dos produtores que a compõem. Segundo Figueiredo e Souza (2011, p. 97) o método qualitativo “fundamenta-se em informações deduzidas das informações interpessoais e da coparticipação dos informantes. O pesquisador é um participante ativo, ele interage em todo processo, compreende, interpreta e analisa os dados a partir da significação das informações coletadas”. Contudo, a partir das informações obtidas procurou-se compreender, interpretar e analisar as práticas sociais dos sujeitos do campo de pesquisa, e constatou-se como sendo atos da economia solidária.

Com efeito, a pesquisa está baseada em questionários com questões fechadas e abertas, contendo 23 (vinte e três) questões que versam sobre: perfil dos cooperados, economia solidária, educação, as contribuições da educação para a economia solidária no assentamento e condições de vida (Apêndice 1). Sendo assim, foi aplicado através do método de amostragem a 15 (quinze) associados/chefes de famílias, em suas residências, de forma aleatória. O número de famílias questionadas corresponde aproximadamente a 50% (a cinquenta por cento) das famílias cooperadas que compõem um total de 29 (vinte e nove). Ademais, foi feita a observação de momentos importantes como as reuniões, momentos das ocorrências das aulas da EJA e atividades do trabalho coletivo na associação, com anotações no diário de campo do pesquisador.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DAS PRÁTICAS SOCIAIS DOS ASSOCIADOS DO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA – PB

A associação dos produtores rurais do sítio Caiçara foi fundada em 07 de julho de 2004, é composta por um grupo de agricultores (as) com diretoria executiva e CNPJ: 06374597/0001-10. Já o assentamento Fazenda Mata foi criado em 2008, através de uma negociação dos componentes dessa associação com o proprietário da Fazenda Mata. Sendo o débito pela compra dessa propriedade quitado através de recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a associação arcou com a dívida, pagando-a ao programa de forma parcelada anualmente. Também recebeu recursos não reembolsáveis para a construção de moradias e investimentos iniciais na propriedade. Atualmente nessa comunidade residem 29 (vinte e nove) famílias.

Este assentamento localiza-se no município de Amparo-PB no cariri Ocidental. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - censo de 2010, este município tem uma área de 121, 984 Km², uma população de 2.088 e encontra-se a 304 km da capital da Paraíba – João Pessoa.

As primeiras perguntas do questionário versaram sobre o perfil dos associados, as quais detectaram que aproximadamente 88% dos chefes das famílias cooperadas são do sexo masculino; a maioria dos entrevistados (53%) tem entre 31 e 40 anos; com relação ao estado civil observou-se que 60% convivem maritalmente; no que se refere ao nível de escolaridade 53% tem o ensino fundamental incompleto.

Percebe-se que a maioria dos assentados tem um grau de instrução baixo, isso devido a problemas de acesso e permanência na escola em decorrência de fatores já discutidos anteriormente, como a questão de um currículo imposto, a não oferta de estabelecimentos de ensino próximo às residências desses sujeitos e pela necessidade de trabalharem.

O segundo bloco de perguntas tratou sobre economia solidária. A partir dos dados obtidos constatou-se as seguintes razões que os levaram a serem membros da associação: a aquisição de um espaço próprio para a prática agrícola e pecuária, com isso, haveria a oportunidade de se trabalhar na sua própria propriedade; melhores condições de trabalho, e

consequentemente uma melhor condição de vida. Como percebe-se nas falas de três associados: 1) *A associação nos proporciona condição de trabalho, oferecendo terras e outros meios de produção.* 2) *A ter melhores condições de vida e trabalho.* 3) *Porque me deu oportunidade de trabalho.* Estes resultados se encontram em conformidade com Silva (2010), pois este autor explicita que as iniciativas de economia solidária têm suas bases nas pequenas organizações, como as associações de pequenos produtores, e que empreendimentos dessa natureza melhoram as condições de vida dos cooperados, proporcionando-lhes trabalho e inclusão social.

Observou-se que a maioria dos assentados desenvolvem atividades econômicas relacionadas à agricultura familiar, a piscicultura, a pecuária e ao trabalho contratado.

Tabela I - Atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados

Atividades citadas	Piscicultura	Agricultura Familiar	Pecuária	Trabalho contratado	Professor
Número	15	14	10	7	1

Fonte: Elaboração própria (2013).

Dentre as atividades mencionadas, a criação de peixe é desenvolvida de forma coletiva através do trabalho cooperado. Com efeito, as práticas relacionadas a esse trabalho se referem à limpeza dos tanques, alimentação e vigilância dos alevinos, despesca e venda do produto. No que diz respeito à pecuária, a criação dos animais é feita de forma individual, entretanto, as plantações de palma e o cultivo da atríplex (erva sal), que servem para alimentá-los é realizada de forma conjunta. O grupo pesquisado também mencionou as atividades comunitárias como sendo trabalhos desenvolvidos coletivamente, nas construções de cercas nas propriedades, limpezas de barragens e da casa sede do assentamento. Além disso, os associados participam das reuniões para discussão de questões relacionadas à comunidade.

Contudo, é possível notar características da economia solidária nas atividades desenvolvidas pelo grupo, como um trabalho voltado para a cooperação, a participação dos associados nas reuniões e a solidariedade entre os membros da associação. Segundo Singer (2002) essa nova forma de produção deve proporcionar alternativa de trabalho aos excluídos do modo de produção vigente. Esta explicitação tem respaldo no campo desta pesquisa, no qual se formou um grupo com uma produção que tem aspectos de economia solidária.

Perguntados se no assentamento há uma preocupação de produzir sem agredir o meio

ambiente, a maioria mencionou a plantação da erva sal que se alimenta do sal gerado pela dessalinização das águas de poços artesianos, impedindo uma salinização do solo. Também citaram a prática agrícola sem uso de agrotóxicos e a preservação da vegetação, evitando queimadas. Como observa-se nas falas de três associados: *1) temos plantação de erva sal para retirar o sal do solo e também procuramos evitar o desmatamento. 2) Não usamos agrotóxicos e temos a erva sal que absorve o sal gerado pela dessalinização da água. 3) Não usamos agrotóxicos e evitamos queimadas.* Desse modo, estas informações estão em consonância com Gadotti (2009) ao enfatizar que a prática da economia solidária envolve necessariamente uma formação cultural voltada para uma produção de forma sustentável. Esses resultados evidenciam uma conscientização da comunidade no que tange a uma vivência harmônica com a natureza e a presença de um princípio de economia solidária, o desenvolvimento sustentável.

4.2 A FUNCIONALIDADE DA EJA E OS INDÍCIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA – PB

Esta pesquisa detectou indícios de economia solidária no campo em estudo. Quando perguntados sobre quais atividades desenvolvem de forma cooperada na associação, todos citaram: criação de peixe em tanques de contenção, plantações de palma, cultivo da atriplex (erva sal) e atividades comunitárias (construção de cercas, limpezas das barragens e da casa sede da associação). Questionados sobre o modo de desenvolvimento das atividades cooperadas, as respostas obtidas foram: trabalhos desenvolvidos em grupo e atividades compartilhadas entre os associados. Como constata-se nas falas de três associados: *1) O trabalho é desenvolvido em grupo e as atividades são divididas entre os associados. 2) Trabalho em conjunto com todos os associados. 3) De forma associada e trabalho em grupo.* A indagação seguinte versou sobre os custeios da associação e as sobras com a venda dos produtos, neste caso todos os produtores entrevistados responderam que uma parte dos produtos é vendida para custear as despesas da associação e a outra parte é dividida de forma igualitária entre os associados.

A partir da obtenção desses resultados nota-se a presença de três princípios de economia solidária no assentamento pesquisado, o trabalho associado, a cooperação entre os

sujeitos através de desenvolvimento de atividades em grupo e a solidariedade, havendo uma divisão igualitária da produção entre os produtores. Sendo assim, as informações prestadas estão em harmonia com Souza, Cunha e Dakuzaku (2003), pois estes evidenciam que a economia solidária surge e se assenta sobre forma associada e cooperada. Também se encontram em consonância com Aguiar e Reis (2002) exaltando que essa economia firma seus objetivos na solidariedade.

Outro questionamento se referiu sobre um princípio fundamental da economia solidária, a autogestão. Ou seja, se a opinião dos membros da associação é levada em consideração nas tomadas de decisões nas reuniões, com efeito, todos responderam que sim. Desse modo, percebe-se uma administração voltada para a autogestão, na qual as ideias dos componentes são levadas em conta no momento das decisões. Souza, Cunha e Dakuzaku (2003) apoiam essa ideia discorrendo que a autogestão está relacionada à dimensão política caracterizada por práticas democráticas. A respeito dessa forma administrativa, Verardo (2003) complementa ressaltando que nela todos os associados têm poder de decisão.

No que diz respeito a renda gerada por meio do trabalho solidário, todos os cooperados enfatizaram que ela pode ser vista como um complemento da renda familiar. Notou-se que a renda desses sujeitos é muito fragmentada, pois, não se tem uma fonte de recurso principal, sendo composta pelo trabalho solidário, agricultura familiar, pecuária, trabalho contratado e pelos programas sociais do governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família. A partir dessas distintas fontes de recursos elas se complementam gerando a renda familiar.

No assentamento Fazenda Mata a Unidade escolar está em funcionamento com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecendo o ensino fundamental II. Neste contexto, o terceiro bloco abordou tanto a educação formal quanto a não formal. A primeira pergunta desse bloco mostrou que 73% dos pesquisados estudam na EJA da comunidade; sobre esse ponto, Arruda (2005) enfatiza que a esses sujeitos foi negado o direito a educação por terem que trabalhar nas suas infâncias. Dessa forma, acredita-se que esses trabalhadores (as) rurais não tiveram uma oportunidade de estudo na idade apropriada.

A segunda questão revelou que todos os que estudam nessa modalidade de ensino consideram que são levadas em consideração as práticas sociais e solidárias do seu cotidiano. Para Feitosa (1999) quando ocorre um diálogo entre o educando e o professor a respeito de questões do seu meio, podem-se desvelar aspectos dessa realidade que até então não eram

perceptível. Nessa perspectiva, a EJA dessa comunidade pode desenvolver um papel importante no que tange à produção de conhecimentos a partir das vivências dos educandos.

Os questionamentos seguintes averiguaram se o trabalho cooperado e os diálogos entre os associados nas reuniões têm proporcionado novos conhecimentos. Com efeito, todos os entrevistados afirmaram que sim, destacando que da interação com os companheiros de trabalho aprendem novos conhecimentos relacionados à aplicação de novas técnicas nas atividades do cotidiano, novas formas de se trabalhar em grupo e novos aprendizados com o trabalho autônomo. Como percebe-se nas falas de três associados abaixo respectivamente:

1) Através do trabalho coletivo aprendi novas técnicas referentes às práticas do dia a dia.

2) A se trabalhar de forma autônoma e aprendemos novos conhecimentos relacionados às práticas do dia a dia.

3) Conhecimentos de participação no trabalho coletivo e práticas de trabalho do nosso dia a dia.

A respeito das discussões e diálogos entre os associados mencionaram a importância em levar em consideração a opinião do outro, conhecimento de gestão e de participação popular. Assim, nota-se nas falas de três associados: *1) Aprimoramento de conhecimentos com relação ao associativismo e decisões democráticas. 2) Aprendizagem no que diz respeito ao trabalho coletivo e a ouvir as ideias dos nossos companheiros. 3) Aprendizados de participação nas tomadas de decisões.*

Esses resultados estão de acordo com o pensamento de Singer (2005) para o qual a partir da mudança para uma nova cultura de trabalho brotam atos pedagógicos, pois se tem uma nova prática social e, conseqüentemente, há um entendimento dessa nova prática. Além disso, endossam as ideias de Adams (2010) no que diz respeito à emergência de novos processos pedagógicos e situações de aprendizados através das relações sociais, políticas, culturais e éticas do trabalho cooperado e solidário. Também vem concordar com o que evidencia Gadotti (2009) que a economia solidária tem elementos de formação política e educacional. Portanto, é perceptível a ocorrência de uma reeducação para essa nova forma de produção abarcando todas as dimensões.

4.3 ELEMENTOS QUE FAVORECEM A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA – PB

O quarto bloco de perguntas versou sobre as contribuições da educação para o desenvolvimento da economia solidária. Sendo assim, procurou-se saber se a EJA da comunidade tem sido importante para o trabalho associado e cooperado. Com efeito, todos os entrevistados indicaram que sim, explicitando que essa educação proporcionou conhecimentos sobre o meio onde estão inseridos e a vivência em grupo, a desenvolver um trabalho harmônico com a natureza, bem como que a união pode torná-los mais fortes em busca dos objetivos da comunidade. Como observa-se nas falas de quatro associados abaixo respectivamente:

- 1) Na sala de aula, por exemplo, já é um trabalho em conjunto, assim, a aproximação com o outro e o diálogo, assim por diante.*
- 2) Aprendi a ter um entendimento melhor sobre questões da comunidade.*
- 3) Os conhecimentos adquiridos contribuem para o entendimento de questões relacionadas ao trabalho associado e coletivo.*
- 4) Aprendemos a viver em grupo e a se trabalhar em harmonia com a natureza.*

Percebe-se que o exposto anteriormente dialoga com o que enfatiza Arruda (2005) que a EJA pode casar trabalho e educação em favor das condições de vida e de trabalho dos sujeitos que buscam o necessário para a sua sobrevivência. Dessa forma, a educação tratando dos problemas do cotidiano e esclarecendo questões relacionadas às atividades dos educandos torna-se um elemento que pode fortalecer as práticas econômicas e sociais.

O questionário revelou que todos os associados pesquisados consideram que suas experiências de vida contribuem para se trabalhar com economia solidária, exaltando que as práticas desenvolvidas anteriormente foram importantes para essa nova forma de trabalho, que os saberes acumulados contribuem para com a atividade em grupo, havendo desse modo, uma interação de experiências. Como nota-se nas falas de quatro associados abaixo respectivamente:

- 1) A minha experiência de trabalho foi importante para haver uma interação com o grupo.*

2) *A transmitir conhecimentos ao próximo e a se entregar em busca de melhor qualidade de vida.*

3) *Todo o conhecimento acumulado durante as minhas práticas foram importantes para o trabalho associado e coletivo.*

4) *Repassei algo que já tinha adquirido para fazer algo que já deu certo em outros trabalhos.*

Sendo assim, observa-se que a vida histórica pode ser um elemento colaborador no desenvolvimento de outra prática. Desse modo, pode-se levar a cabo que essas evidências estão correlacionadas com o pensamento de Arruda (2005) que diz que estes sujeitos já têm uma experiência histórica e que são orientados para o trabalho.

Outro elemento importante para o desenvolvimento de quaisquer atividades que o sujeito venha a praticar é formação/capacitação. Portanto, buscou-se saber se a associação viabiliza a realização de cursos, palestras, encontros e outros. Contudo, obtivemos a informação da realização de curso de manuseio de peixe, de dessalinização de água, palestras e capacitação com os órgãos: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Dessa forma, observa-se uma aproximação com as ideias de Silva (2010) que os empreendimentos solidários têm que oferecer capacitação técnica aos seus membros através de reuniões, palestras, oficinas de trabalho objetivando qualificar os associados.

Além disso, procurou-se averiguar se os associados receberam alguma capacitação na implantação e/ou desenvolvimento de suas atividades na associação.

Tabela II. Apoio técnico/cursos recebidos em função da economia solidária

Capacitação na sua atividade/ produção	Capacitação em associativismo	Capacitação sobre comercialização	Capacitação em gestão e administração
15	5	5	2

Fonte: Elaboração própria (2013).

Nota-se que houve uma capacitação para o desenvolvimento das atividades na associação, mais precisamente o treinamento sobre criação de tilápias e dessalinização da água vinda de poços artesianos em função da produção dos cooperados. Entretanto, a

educação pode desempenhar um importante papel na capacitação para a comercialização, para o associativismo e para a gestão e administração. A respeito da formação para a gestão de empreendimentos solidários, Gadotti (2005) defende que todos os membros dessas instituições devem ser formados para uma gestão colaborativa e trabalho em grupo.

As principais dificuldades elencadas pelos entrevistados se concentram na falta de apoio dos órgãos governamentais e de projetos consistentes que venham desenvolver a comunidade, falta de apoio técnico e uma maior conscientização de se trabalhar de forma associada e cooperada. Como observa-se nas falas de dois associados: *1) Falta de apoio governamental e desenvolvimento de novos projetos que viabilizem o desenvolvimento da comunidade". 2) Ainda falta uma conscientização de se trabalhar de forma cooperada.* Sendo assim, a realização de cursos voltados para o associativismo, à gestão e a administração, bem como o apoio de órgãos governamentais podem ser importantes no que tange ao desenvolvimento das atividades do grupo.

No que diz respeito a uma melhor condição econômica e social depois da participação na associação, todos os pesquisados evidenciaram a ocorrência dessa melhoria. Destacando uma melhor condição de moradia, pois todas as residências têm água canalizada, a comunidade dispõe de água portátil para o consumo humano e uma melhor condição financeira em relação às condições anteriores a criação da associação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo percebe-se que os sujeitos excluídos do sistema capitalista encontram na economia solidária uma alternativa de sobrevivência e resistência sobre a forma de produção vigente que visa, sobretudo, o lucro. Também observa-se que o indivíduo inserido nesse novo modo de produção, baseado no trabalho associado, na cooperação, na solidariedade, na autogestão e na sustentabilidade, inevitavelmente ocorre uma ressignificação, pois se tem uma nova cultura de trabalho voltado para novos valores sociais, culturais, políticos e étnicos.

No assentamento Fazenda Mata – Amparo/PB existem práticas econômicas e sociais com indícios de economia solidária, tais como a constituição da associação dos produtores rurais do sítio caiçara, a qual versa sobre uma administração democrática e autogestionária; a criação de peixe em tanques de contenção, onde há um trabalho associado, cooperado e solidário, sendo uma parte da produção reservada para os custeios da associação e a outra dividida de forma igualitária entre os membros da associação; plantações de palma e atriplex (erva sal) em conjunto entre o grupo; trabalhos comunitários desenvolvidos pelos associados de forma interacionista como a construção de cercas, limpezas de barragens e manutenção dos dessalinizadores; além de haver uma produção voltada para sustentabilidade respeitando o meio ambiente.

A educação encontra-se correlacionada com as práticas cotidianas dos indivíduos do campo estudado. Com efeito, têm-se atos pedagógicos no diálogo entre os associados sobre questões da comunidade. Além disso, brotam aprendizados na interação de experiências entre os sujeitos no trabalho cooperado e nas relações sociais. Ainda notou-se a presença e influência da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas atividades desenvolvidas no supracitado assentamento.

Contudo, verificou-se que a educação tem a função de trabalhar questões da realidade dos trabalhadores (as), assim ela pode proporcionar uma percepção crítica e reflexiva desses sujeitos sobre os fenômenos que os cercam; bem como capacitá-los em função da produção associada e cooperada desenvolvida no assentamento, através de cursos, palestras e outras formas de produção de conhecimentos relacionados às suas atividades; além de promover uma formação em favor de uma administração e/ou gestão participativa, na qual são os associados os dirigentes da própria associação. Dessa forma, a educação fortalece a economia



solidária.

A pesquisa constatou que o grupo estudado tem uma produção limitada relacionada à economia solidária, sendo essa produção não suficiente para a sua subsistência. Desse modo, esses indivíduos desenvolvem uma diversidade de atividades em busca de conseguir o suficiente para a sua própria sobrevivência. Com efeito, há uma necessidade de investimentos públicos através de projetos que venham a desenvolver e aprimorar as atividades praticadas pelos trabalhadores (as) da comunidade da pesquisa. Dessa forma, evita-se uma possível decadência dos trabalhos cultivados por esse público, possibilita condições de sobrevivência no berço de suas raízes culturais e impede a fuga para os grandes centros financeiros do país à procura de trabalho.

Por certo, a pesquisa desenvolvida não esgota as discussões teóricas a respeito da disseminação da economia solidária no assentamento caiçara, nem tampouco a produção de conhecimentos sobre as mediações pedagógicas que germinam das relações sociais dos trabalhadores (as) dessa comunidade, sendo de suma importância novos conhecimentos acadêmicos a respeito da economia solidária e da Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida-SP: Ideias & letras, 2010.

AGUIAR, Cristina Silveira; REIS, Carlos Nelson dos. **As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho**. Sociedade em debate, Pelotas, 2002.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2006.

ARRUDA, Marcos. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Redes, educação e Economia Solidária**: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. Org. Sonia M. Portella Kruppa. Brasília: Inep, 2005. (p. 31-40).

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos sociais e educação do campo**: promovendo territorialidades da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. 2006.

BENINI, Elcio Gustavo. **Economia Solidária em questão**: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicascos. Campo Grande/MS. Departamento de Economia e Administração. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2008, 156 p. Dissertação de Mestrado.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação** – Lei nº 9.394/96.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2013.

Carta de princípios de Economia Solidária - Fórum brasileiro de economia solidária, 2003. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em 15 de julho de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22757236/686133978/name/texto+man%C3%A7ano%5B1%5D.pdf>>. Acesso em 14 de julho de 2013.

FEITOZA, Sônia Couto Souza. **Método Paulo Freire**: princípios e práticas de uma concepção popular de educação. FE-USP. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000077/Dissertacao_de_mestrado_Sonia.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

FIGUEIREDO, Antonio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses**: da redação científica à apresentação do texto final. Ed. 4ª. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Ed. 11ª. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária com práxis pedagógica**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68495115/Economia-Solidaria-Como-Praxix-Pedagogic-A-Moacir-Gadotti>. Acesso: 15 de julho de 2013.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Introdução ao ensaio sobre a dádiva. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília, 2006.

NETO, José Francisco de Melo. **Economia Solidária: ponderações teóricas e achados empíricos**. Autogestão. (Orgs.). Cezar Nonato Bezerra Candeias; José Brendan Macdonald; José Francisco de Melo Neto. 2005 (p.7-43).

NOVAES, Henrique T.; CASTRO, Mariana P. **Em busca de uma pedagogia da produção associada**. 2012, (p. 32-69). Disponível em: http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1687&Itemid=8. Acesso em 20 de julho de 2013.

PEREIRA, Ernandes de Queiroz. **A Organização dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo: do acampamento ao assentamento: quais os desafios para a educação popular?** João Pessoa –PB. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 2007 p.146. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert07/ERNANDES%20DE%20QUEIROZ%20PEREIRA.pdf>. Acessado em 15 de julho de 2013.

REIS, Carlos Nelson dos. **Economia Solidária: um instrumento para inclusão social?** 2001. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e10-02.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2013.

RUTKOWSKI, Jacqueline; LIANZA, Sidney. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia. **Tecnologia social: Estratégia para desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, FINEP e Petrobras, 2004.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empresendimentos-economicos-solidarios.htm>. Acessado em 20 de julho de 2013.

SILVA, Luiz Antonio Coêlho da. **A reestruturação produtiva, transformações no mundo do trabalho e a nova alternativa para o capital: a economia solidária**. 2010.

_____; COSTA, Roberlúcio Fernandes. da. **Breves comentários sobre desenvolvimento local e a economia solidária: um estudo do projeto mandalla em Cuité-PB**. 2010.

SINGER, Paul. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. A Economia Solidária como um ato pedagógico. Org. Sonia M. Portella Kruppa. Brasília: Inep, 2005. (p.13-20).

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela C.; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

VERARDO, Luigi. **Economia Solidária e autogestão**. 2003. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/luigiverardo98.pdf>. Acessado em 15 de julho de 2013.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Prezado (a) senhor(a) sócio da “Associação dos Produtores rurais do Assentamento Caiçara em Amparo - PB”.

O presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos necessários para obtenção do diploma de pós-graduação de especialização **em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase na Economia Solidária** pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/ CDSA, *Campus* Sumé – PB, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, através de questionários, cujo objetivo central é analisar a correlação entre às práticas de economia solidária e educação. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder esse questionário com precisão e possível prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes. Neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Ciente de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente. Não deve assinar seu nome.

Caso a pergunta não corresponda com sua realidade de trabalho, deixe a resposta em branco, ou escreva “não tenho opinião”.

Antonio Josinaldo Soares Silva. Orientando, e-mail: josinaldosoares10@bol.com.br

Msc. Luiz Antonio Coêlho da Silva, Prof^o. Orientador, e-mail: luidd@yahoo.com.br

IDENTIFICAÇÃO DO (A) PESQUISADO (A):

1. Sexo:

1. () Masculino 2. () Feminino

2. Faixa etária:

- () 18 a 21 anos () 22 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () acima de 51 anos

3. Estado civil:

- | | |
|----------------------|-----------------------------------|
| 1. () solteiro(a) | 5. () viúvo(a) |
| 2. () casado(a) | 6. () separado(a) |
| 3. () desquitado(a) | 7. () convive maritalmente |
| 4. () divorciado(a) | 8. () outros, especificar: _____ |

4. Nível de escolaridade:

- | | |
|--------------------------------------|------------------------------------|
| 1. () Sem instrução | 2. () Alfabetizado |
| 3. () Ensino Fundamental Incompleto | 4. () Ensino Fundamental Completo |
| 5. () Ensino Médio – Incompleto | 6. () Ensino Médio – Completo |



7. () Superior – Incompleto

8. () Superior – Completo

ECONOMIA SOLIDÁRIA

5. O que levou o (a) senhor (a) a ser membro da associação dos produtores rurais do sítio Caiçara - PB?

6. Considera que sua opinião é levada em consideração nas tomadas de decisões nas reuniões e/ou assembleias?

() Sim () Não

7. Quais as atividades o Senhor(a) desenvolve de forma cooperada na associação?

8. Como é desenvolvido esse trabalho cooperado na associação?

9. Depois do custeio das despesas da associação de que forma é dividida as sobras com a venda dos produtos?

10. Desenvolve outras atividades fora as da Associação?

1. () Sim 2. () Não

Quais?

11. A renda gerada por meio do trabalho solidário na associação pode ser vista como:

1. () A principal renda da família 2. () Complementa a renda da família. () Não sei

12. No assentamento há uma preocupação de produzir sem agredir o meio ambiente?

1. () Sim 2. () Não

Se sua resposta foi SIM, de que forma?

EDUCAÇÃO

13. Estuda na Educação de Jovens e Adultos existente nessa comunidade?

1. () Sim 2. () Não

Se sua resposta foi NÃO passe para a pergunta 15.

14. No ensino da Educação de Jovens e Adultos dessa comunidade são levadas em consideração as práticas sociais e solidárias do seu cotidiano. Como por exemplo: o trabalho associado, a economia solidária, o desenvolvimento sustentável local, e outros?

1. () Sim 2. () Não

15. A forma de se trabalhar de modo cooperado, ou seja, na interação com seus companheiros de trabalho tem lhe proporcionado novos conhecimentos?

1. () Sim 2. () Não

Se sua resposta foi SIM, quais conhecimentos?

16. As discussões e diálogos entre os associados sobre questões da comunidade nas reuniões tem lhe proporcionado aprendizado?

1. () Sim 2. () Não

Se sua resposta foi SIM, quais aprendizados?

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

17. A Educação de Jovens e Adultos desta comunidade na qual o (a) senhor (a) estuda ou estudou tem sido importante para o trabalho associado e cooperado?

1. () Sim 2. () Não

Se sua resposta foi SIM, de que forma o EJA foi importante para o trabalho associado e cooperado?

18. A sua experiência de vida contribuiu para o trabalho com a Economia Solidária?

1. () Sim 2. () Não

Se sua resposta foi SIM, justifique:

19. A associação viabiliza a realização de alguma palestra, encontro, reunião, capacitação e eventos na busca de qualificação para os seus associados?

1. () Sim 2. () Não

Se sua resposta foi SIM, especifique:

20. Assinale as formas de apoio técnico/cursos recebidas na implantação e/ou desenvolvimento de sua atividade na associação, em função da economia solidária?

1. () Capacitação na sua atividade/produção
2. () Capacitação em associativismo
3. () Capacitação sobre comercialização
4. () Capacitação em gestão e administração
5. () Outros _____
6. () Não recebe nenhum apoio técnico/capacitação

21. Quais dificuldades o (a) senhor (a) enfrenta para a ampliação das atividades da associação?

CONDIÇÕES DE VIDA

22. O (A) senhor (a) percebe mudanças sociais e econômicas na sua vida, para melhor, depois da participação no grupo?

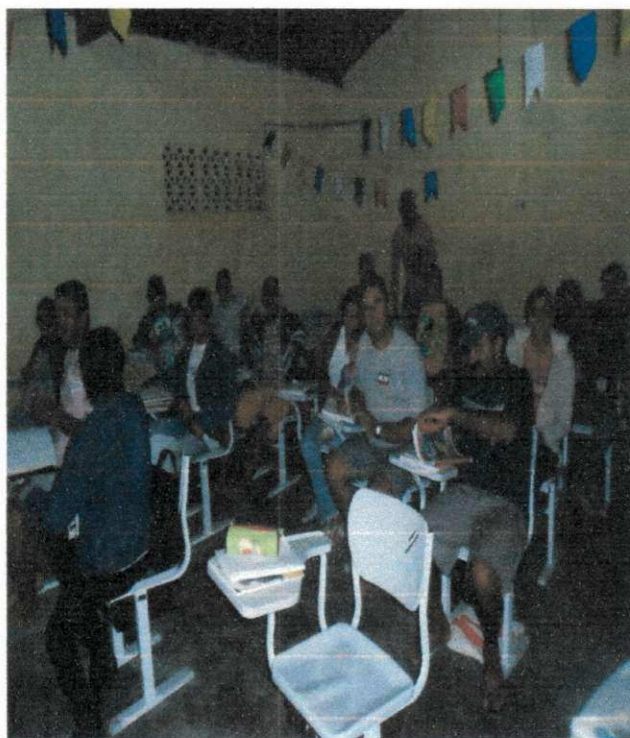
1. () Sim 2. () Não 3. () Não sabe

Justifique:

23. Se desejar faça algum comentário, justificativa ou acrescentar algum assunto referente à (s) questão (ões) acima, ou ainda, sobre algum tema não abordado, fique a vontade.

Obrigado!

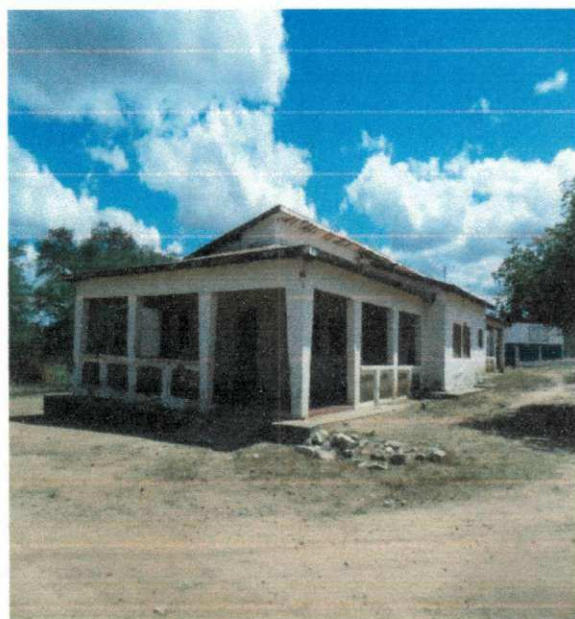


APÊNDICE 2 – FOTOS DO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA**Figura 01: EJA do Assentamento Fazenda Mata**

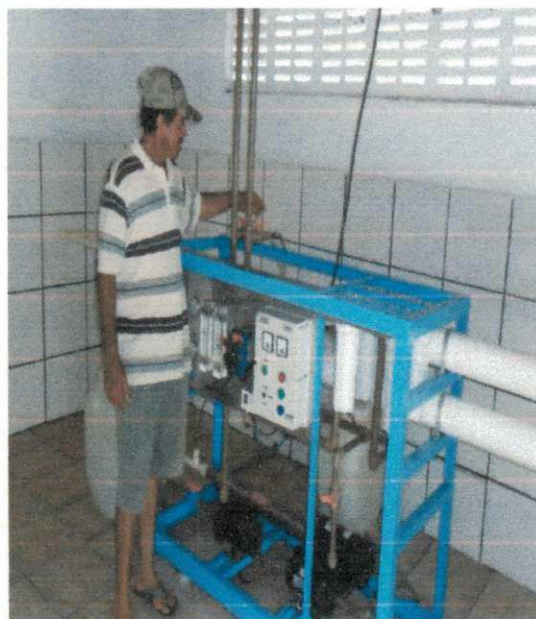
Fonte: Foto tirada pelo pesquisador (2013).

Figura 02: produção de palma

Fonte: Foto tirada pelo pesquisador (2013).

Figura 03: sede da Fazenda Mata

Fonte: Foto tirada pelo pesquisador (2013).

Figura 04: sistema de dessalinização

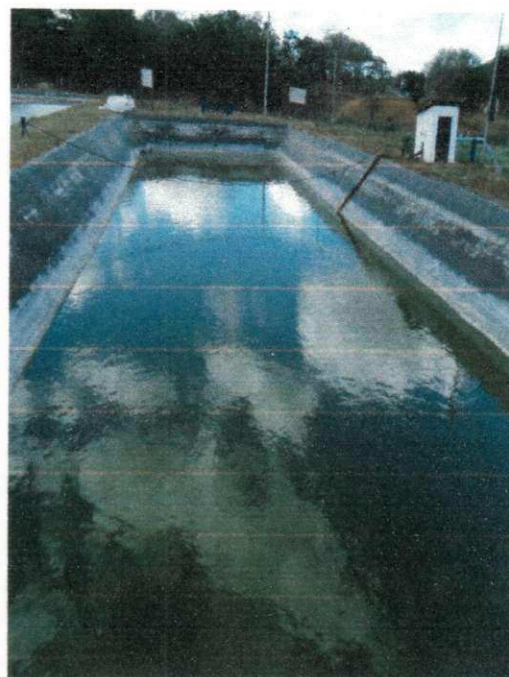
Fonte: Foto tirada pelo pesquisador (2013).

Figura 05: produção da erva sal cooperada



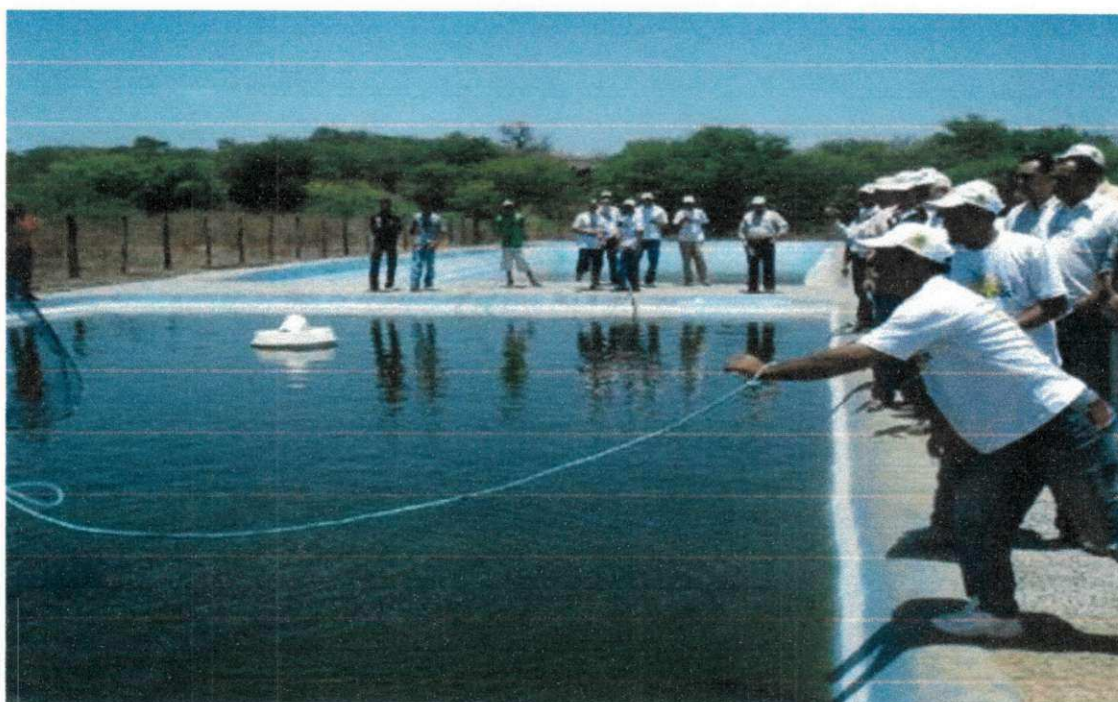
Fonte: Foto tirada pelo pesquisador (2013).

figura 06: tanques de criação de peixe



Fonte: Foto tirada pelo pesquisador (2013).

Figura 07: Tanques de criação de peixe do Assentamento Mata



Fonte: <http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?itemid=3594833>